

## A Virada Retórica

Tarso B. Mazzotti – Estácio de Sá  
tarsomazzotti@uol.com.br

### Resumo

A virada retórica, que tem início na década de 1950, decorre de uma constatação: a lógica, por ser um cálculo, não é suficiente para estabelecer as premissas dos silogismos com os quais opera. As proposições que constituem as premissas dos silogismos originam-se de uma negociação de significados que requer, dentre outras regras, a ausência de petição de princípio. Este artigo mostra que o problema da constituição de conhecimentos confiáveis requer a compreensão das razões sustentadas pelos que julgam ser preciso que os juízos categóricos tenham por premissas proposições indiscutíveis, claras e distintas, pelo que renegam a condição retórica. Além disso, o artigo mostra a necessidade de ultrapassar daquela perspectiva para garantir a racionalidade dos discursos em que os agentes são humanos, não os operadores lógicos e próprios dos cálculos, recuperando a noção de que o propriamente filosófico é a problematicidade, a qual, por sua vez parece ser a posição de J. Dewey. Palavras-chave: Retórica. Racionalidade. Premissas dos silogismos. Significado.

## The Rhetoric Turn

### Abstract

The rhetorical turn, which begins in the 50's, comes from a verification: the logic, for being a calculus, is not sufficient to establish the premises of the syllogisms with which it operates. The propositions that constitute the premises of the syllogisms originate themselves from a negotiation of meanings that requires, among other rules, the absence of petition of principle. This article shows that the problem of constitution of reliable knowledge requires the comprehension of the reasons sustained by those who consider being necessary that the categorical judgments have as premises incontrovertible, clear and distinct propositions, by which they deny the rhetorical condition. Besides, the article shows the necessity of surpassing this perspective in order to guarantee the rationality of the speeches in which the agents are humans, not the proper operators of the logical calculus, recovering the notion that the properly philosophical is the problematicity, which, by its turn, seems to be the position of J. Dewey.

**Key words:** Rhetoric. Rationality. Premises of the syllogism. Meaning.

O ensino, a política, a dramaturgia, a música, a pintura e a escultura são técnicas ou artes<sup>1</sup> que visam alterar de algum modo as crenças, valores e atitudes das pessoas. No entanto, quando tomamos cada uma dessas atividades por objeto,

---

1 “Arte” é a tradução latina do termo grego *técnica*, que aqui está em sua forma latina.

percebemos que tal afirmação é problemática. Há, de fato, uma grande controvérsia em relação a eficácia e eficiência — efetividade — dos atos dos educadores, políticos e artistas em geral. Essa controvérsia é apoiada pela crítica da afirmação modal: “é *possível* modificar crenças, valores e atitude” de alunos, eleitores, opositores políticos, auditórios múltiplos. Sendo uma afirmação modal, não diz *como isso é possível*, uma vez que apenas afirma algo presumidamente verificável. Se uma crença alvo é alterada, então a afirmação é confirmada, embora a explicação apresentada talvez não seja corroborada. Por exemplo, se um trabalho literário mobiliza as paixões do leitor e ele decide mudar suas convicções, pode-se dizer que esse efeito corresponde ao pretendido pelo autor? Não, pois muitas vezes o autor pode ter pretendido modificar tanto aquelas crenças quanto outras que permaneceram inalteradas. Essa limitação da intencionalidade do autor, sua dependência dos leitores ou ouvintes, mostra que há sérios obstáculos para a pertinência da afirmação modal.

Dizer que podemos modificar crenças, valores ou atitudes é vago. Sabemos, por experiência, que muitas vezes somos capazes de ensinar ou que nossos trabalhos podem levar outras pessoas a certas reflexões, isso porque nossas próprias reflexões podem ser afetadas por nossas leituras, pelo debate acerca de alguma questão, pela avaliação de algum trabalho, assim como pela aprendizagem. Tal convicção é questionada toda vez que tentamos passar do “possível” ao “necessário”, pois não temos elementos para afirmar que um determinado procedimento *necessariamente* conduz a esse ou aquele ensinamento ou objetivo político, por exemplo. De fato, o autor pode ter um objetivo e o auditório, no todo ou em parte, apreender algo totalmente diferente.

### *Da (im)possibilidade de modificar valores, atitudes e crenças*

A crítica da afirmação modal, da efetividade dos atos técnicos, assume, então, seu papel. Há, pelo menos, duas atitudes cépticas: (a) a que sustenta a impossibilidade de modificar *intencionalmente os* valores, as atitudes e as crenças dos outros, porque não podemos apreender o que são em si e por si; (b) a que sustenta que as pessoas são

tomadas por forças que não podem ser totalmente apreendidas, o que impede que algumas ações intencionais produzam as alterações pretendidas.

A posição que sustenta a inatingível essência do homem supõe algo subjacente, uma natureza humana em si e por si (sentido próprio de absoluto), um *nômeno*, que move o homem. A efetividade de uma ação educativa, por exemplo, explica-se pela coincidência — a incidência conjunta — do orador com o auditório, em um processo de identificação mútua. Nesse caso, os ouvintes não modificam suas crenças, valores e atitudes pela ação do orador, apenas reforçam uma idéia com a qual já concordavam e que o orador expressou de um modo mais completo. Essa é a situação apresentada no *Paradoxo de Ménon*, e em sua solução, a qual, por meio de perguntas o que já estava na mente daquele que responde é exposta (posta para fora) por suas respostas, tornando explícito o que ele inconscientemente sabia.

Outra posição considera o inconsciente inacessível ou quase inacessível. Nessa perspectiva, o analista, como o orador que reflete — no sentido especular — o que o paciente apresenta para ele pode ajudar o paciente a tomar consciência das forças ocultas que o movem. Mas, o analista não modifica, de fato, essas forças; apenas ajuda o paciente a entender o que está acontecendo com ele. A tarefa do paciente pode ser facilitada pela experiência e acuidade do analista, mas ele não modifica as atitudes, crenças e valores do paciente. Não é, de fato, uma tarefa educativa. Não conduz o paciente do estado de inconsciência para o de consciência conhecido pelo analista. O paciente aprende a analisar seu material inconsciente e, dessa maneira, ele pode ou não se modificar. Essa é a posição de Freud e freudianos. Uma variação estabelece que o inconsciente se encontra na língua (*langue*), que fala por nós. Assim, a língua, por sua estrutura, produz o discurso que expressa o inconsciente; usa o homem para se expressar. Podemos conhecer a língua em sua superfície, mas sua estrutura profunda é resistente a qualquer discurso racional. Certamente, o leitor já percebeu que me refiro, sumariamente, à posição de Lacan, mas também a um certo estruturalismo, em particular ao de Lévy-Strauss

Essas posições cépticas, embora pareçam recentes, encontram respaldo na crítica da efetividade do discurso apresentada por um dos principais retóricos: Górgias de Leontine. Górgias afirma o poder de mobilização própria da retórica, mas também

expõe suas limitações. Tome-se a apresentação das idéias fundamentais de Górgia, as que nos foram legadas por Sextus Empiricus (*Adversus Mathematicos*, VII, 83): “os discursos não são as coisas que subsistem”, pois as palavras não são as coisas, limitam-se a apresentá-las, portanto elas não têm o poder de modificar completamente os ouvintes, uma vez que eles precisam entender o que foi dito. A apresentação precisa ser consistente com o que os auditórios consideram pertinente, de outra forma o discurso será ineficaz. O orador só é capaz de modificar os julgamentos dos auditórios quando sabe o que eles pensam e sentem, pelo que determina a escolha da técnica persuasiva apropriada. Temos, assim, o limite de ação do orador: ele é incapaz de modificar o que inegociável para o auditório. Por isso, Górgias e outros concluíram que um conhecimento verdadeiro sobre o mundo é impossível, uma vez que o discurso será sempre uma réplica do já sabido. Examinemos tais limitações.

### *Ciência dos limites da arte de persuadir*

A técnica apropriada para o discurso na assembléia (que delibera sobre o futuro), para as questões judiciais (que delibera sobre o ocorrido) e para a reafirmação de valores de um grupo social (epidítico), foi sistematizada por Aristóteles em seu *Retórica*, tratado em que apresenta um conhecimento ou ciência da arte de persuadir, dizendo que tem por objetivo ou finalidade encontrar o persuasivo em cada situação. Retórica é, então, um conhecimento confiável que orienta o trabalho do orador em sua busca pelo discurso capaz de mover o auditório na direção por ele desejada. Se o orador não alcançar seu objetivo, deverá rever seu discurso porque, sendo uma técnica, não é e nem pode ser precisa, rigorosa, por ser condicionada, contingente e imprevisível. Isso porque qualquer técnica é um ajuste permanente entre o idealizado e o que se faz ou pode ser feito.

O que acaba de ser dito é um conhecimento confiável acerca das técnicas, dos limites da ação humana. A não-completude da arte é a condição de sua ciência, que busca sistematizar os conhecimentos considerando seu não fechamento. O orador que conhece as limitações de sua arte, sabe que não persuade qualquer auditório. Além disso, mesmo falando para um auditório amistoso, pode cometer um erro e arruinar

tudo. Donde a imediata constatação de que não há auditório universal, como propõe Perelman, uma vez que não é exequível um orador universal, aquele que seria compreendido por todo e cada um dos ouvintes. Falamos para auditórios particulares, apoiando nos valores, crenças e atitudes de cada um deles, mesmo quando pretendemos falar para um *supra* particular ou universal. Mesmo quando pretendemos falar aos deuses, falamos aos homens que consideram a existência daqueles deuses.

O mesmo ocorre com belas-artes. Na *Poética*, Aristóteles mostra que poetas — no sentido grego — falam para um determinado público e visam mobilizar suas paixões. A mais completa forma dessas artes é a tragédia, por produzir a purificação ou catarse de circunstâncias sociais que precisam ser conhecidas, tornarem-se conscientes. Essa forma poética facilita as mudanças nas atitudes, valores e crenças do auditório em relação ao narrado, embora isso não ocorra com todos. É uma forma especial. Se ainda hoje apreciamos as tragédias gregas, isso não se deve ao fato de que elas transcendem seu tempo, mas porque lidam com temas comuns aos ocidentais, uma vez que somos membros dessa comunidade histórica. Nossos sentidos foram e são educados na e para essa comunidade (VERNANT; VIDAL-NAQUET, 1991, p. 85-96). Podemos ser movidos (*ex movere*) por outra dramaturgia, outra literatura ou outras formas de expressão, mas, para isso, precisamos nos envolver de alguma maneira nos modos de vida dos grupos humanos que as produzem, precisamos ser educados neles, caso contrário não apreenderemos seu significado. A educação é, fundamentalmente, aprender os significados compartilhados pela negociação das diferenças.

Mas, se há limites para a efetividade do discurso, e o orador negocia os significados com o auditório, haveria algum discurso que escaparia dessa restrição?

### *Negociação das premissas de silogismo*

Geralmente considera-se que a negociação dos significados é própria da situação retórica em seus exemplos diversos de realização. Desse ponto de vista, a negociação de significados é a expressão da fragilidade da retórica, uma vez que sua efetividade está fortemente condicionada pelos grupos sociais, pelos auditórios particulares. Afirma-se, então, que o próprio da filosofia e da ciência é o discurso que

persuade qualquer pessoa, por ser a expressão de um vínculo de raciocínio que está além dos grupos sociais. Essa concepção, que é dominante, considera que os argumentos sustentados nos silogismos categóricos estão livres das marcas sociais e idiossincrasias. Verifiquemos, inicialmente, a pertinência desse argumento.

Nos *Analíticos Anteriores e Posteriores* Aristóteles apresenta os instrumentos técnicos para a exposição que requer certa independência da *êndoxa*<sup>2</sup>. É o caso do discurso do ensino de um conhecimento estabelecido, no qual o orador fala e o ouvinte só pode ter a atitude de aprendiz, aceitando o que é enunciado<sup>3</sup>. Uma vez que o silogismo categórico é próprio do ensino de um conhecimento estabelecido, uma questão permanece: como este conhecimento foi constituído?

Para Aristóteles, conhecimento confiável — conhecimento científico — tem origem no diálogo que busca a verdade, isto é, origina-se na situação dialética exposta em *Tópicos e Refutações Sofistas*. Uma vez que se tem algum conhecimento confiável, pode-se ensiná-lo utilizando os meios sistematizados nos *Analíticos*. Onde, a silogística (analítica) ser a forma geral que permite falar para todos e cada um, uma extensão do que foi estabelecido para a situação de ensino. Ainda de acordo com o filósofo de Estagira, os únicos capazes de ensinar são os que sabem as “causas” ou “razões ou os “princípios” de uma ciência (*Metafísica*, 1, 981b, p. 5-10). De fato, uma apresentação rigorosa, sendo uma exposição do sabido, é uma arte, uma técnica que requer sistematização rigorosa de suas afirmações, ligando-as de tal modo que cada uma seja necessária à outra, a fim de garantir a correção do que se propõe a ensinar.

---

<sup>2</sup> Aristóteles define *êndoxa* como opiniões “geralmente aceitas”: “por todos ou pela maioria ou pelos filósofos — isto é, por todos ou pela maioria ou pelos mais notáveis e ilustres dentre eles” (*Tópicos*, 100b, p. 24).

<sup>3</sup> “Toda didascália e toda disciplina dianoética se adquirem de um saber que precede o conhecimento. Isto é evidente seja qual for o saber considerado: a ciência matemática adquire-se desse modo, tal como as outras artes. O mesmo acontece com os raciocínios dialéticos, sejam eles feitos por silogismo ou por indução, porque todos eles ensinam através de um conhecimento anterior; no primeiro caso, assumindo que as premissas são admitidas pelo outro, no segundo caso, demonstrando o universal mediante o particular já conhecido. Por outro lado, é de análogo modo que os argumentos retóricos persuadem, uma vez que utilizam ou paradigmas, o que é uma espécie de indução, ou entimemas, o que não deixa de constituir um silogismo”, Aristóteles, *Analíticos Posteriores*, I, 71a.

Sendo uma técnica, é contingente e, portanto, as limitações previamente apresentadas permanecem válidas. Assim, mesmo a exposição rigorosa é dependente do auditório particular, uma vez que não há como supor a existência de um auditório universal. Entretanto, a forma de análise da exposição rigorosa é considerada universal, supõe que todo e qualquer auditório deve admiti-la e obedecer suas regras. Verifiquemos, então, o caráter de análise dos silogismos que constituem o conhecimento a ser ensinado de um modo rigoroso (conciso e conclusivo).

O vínculo do pensamento rigoroso dos argumentos sustenta-se em algum ponto de partida que deve ser admitido pelo ouvinte: os axiomas ou postulados, os significados mínimos que devem ser admitidos para aprender uma ciência. No momento da exposição, no ensino da ciência, não há lugar para o debate dialético, pois os axiomas já foram estabelecidos e precisam ser aceitos. Não obstante, alguns obstáculos são postos para o orador. Os maiores deles são os erros e as falácias — de acordo com *Analíticos* —, que devem ser examinados antes da exposição para garantir o vínculo de raciocínio perfeito.

As premissas do silogismo categórico foram estabelecidas por meio de um debate que obedece as regras da dialética, da qual retórica é parte ou análoga. Isto é, os pontos de partida da exposição de uma ciência são negociados entre as pessoas consideradas notáveis, especialistas num determinado campo de conhecimento. No momento da exposição ou ensino daquela ciência todo debate prévio desaparece e o vínculo de pensamento é apresentado em sua forma dedutiva ou analítica. Já podemos perceber que, para serem estabelecidos, os axiomas foram previamente negociados por um grupo de pessoas, portanto as premissas de um silogismo são dependentes delas.

Aristóteles orgulha-se por ter descoberto a forma do vínculo de argumentos, o silogismo, em que a partir de dois argumentos postos juntos necessariamente alcançamos um terceiro que resulta daqueles. Donde a necessidade de sempre avaliar os argumentos apresentados para alcançar uma conclusão válida.

Certamente, obedecer à forma correta de inferência é obrigatório, e, portanto, pode ser considerado universalmente exigido para todo e qualquer discurso válido em contextos rigorosos. O fato de que a análise de silogismos pode ser aperfeiçoada expõe um fato: as regras de análise estão sujeitas a modificações após discussões (*cfr.*, por

exemplo, DA COSTA, [1994] 1997, capítulo I, *Raison, logique et langage*). Embora elas sejam universais num dado momento, não o são em si mesmas e por si mesmas, isto é, as regras não são absolutas, uma vez que podem ser aperfeiçoadas, são o resultado de um acordo historicamente determinado. Nesse sentido, e apenas nesse, elas são universais, porque todas as autoridades naquele campo de conhecimento, em um certo momento, admitem tais regras — *êndoxa*. Além disso, a avaliação das premissas de um discurso requer maior ou menor nível de rigor de acordo com o destino ou meta do discurso, isto é, a situação ou instituição na qual ele ocorre (WOLFF, 1995).

No discurso retórico, cuja finalidade é persuadir, as premissas não precisam e nem devem ser muito bem explicadas, porque será difícil para os ouvintes lembrar o que foi inicialmente sustentado. Nesse caso, “pulos”, passagens não demonstradas, são admitidos porque o auditório já está persuadido das bases argumentativas. O silogismo próprio da retórica —entimema— é caracterizado por essa economia de passagens, uma vez que se apóia no já admitido pelo auditório. A entimema não é apenas breve, é a seleção de afirmações admitidas que permitem sustentar algumas teses sob julgamento (cfr, entre outros, DYCK, 2002; BOYER, 1995).

A partir do exposto, pode-se concluir que o auditório julga as afirmações tentando verificar se o orador comete o engano “petição de princípio”. Esse engano tem sido capitulado como próprio da lógica (da analítica); no entanto, como Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958] 1996, p. 127) mostraram que ele é argumentativo. De fato, quando estamos no âmbito da exposição analítica, que adota e desenvolve afirmações formais, cujos elementos são símbolos auto-referentes, não há razão para se falar sobre petição de princípio. Tal engano é exposto na argumentação dialética e retórica quando os outros, os auditórios, exigem que tal ou qual premissa seja mostrada ou demonstrada, toda vez que elas não pareçam estar suficientemente claras ou demonstradas.<sup>4</sup>

---

4 Em *The Philosophical Sciences*, § 165, Add, lemos: “The species of concept that is used to distinguish as clear, distinct and adequate, do not sustain themselves in the concept, but in the psychology, while, under the name of clear and distinct concept, have in mind the representation (...)”. Essa tese pode ser acusada de petição de princípio ou raciocínio circular, uma vez que o a dimensão psíquica deve ser demonstrada para dar sustentação ao

Então, o engano “petição de princípio” é o alvo preferencial do questionamento, e a negação do que foi apresentado torna-se o foco dos debates. Sem acordo sobre as afirmações que sustentam um argumento, não há sentido em continuar o debate. Uma vez que a eliminação da petição de princípio requer o debate, que permite estabelecer as características da questão em jogo, é necessária a mais completa liberdade dos concorrentes. O grau de liberdade, no entanto, depende da instituição na qual se dê o debate. No caso do Direito, por exemplo, os acordos são muito restritivos ao que se pretende argumentar. No *fórum*, o advogado não pode argumentar contra as leis e normas, embora possa produzir discursos opostos para serem debatidos nas instituições que estabelecem ou restabelecem as leis. No caso de alguma ciência, os cientistas organizam seu trabalho de investigação apoiando no que já realizado, na *êndoxa* de seu campo de trabalho, em suas regras e normas. Como se sabe, os cientistas raramente questionam as premissas de sua ciência, quando o fazem de um modo plausível e convincente produzem alterações significativas em suas teorias. Outras instituições, no entanto, não admitem a contestação de suas premissas como mostra Rubenstein (2001) em seu estudo da polêmica a respeito a natureza de Jesus. Entre os filósofos também encontramos limitações institucionais se e quando um sistema filosófico torna-se doutrina. Um bom exemplo é o que ocorreu com o sistema de Karl Marx, que originou vários marxismos como doutrinas que requerem adesão dogmática.

A condição necessária, embora insuficiente, para o desenvolvimento do conhecimento, mais propriamente da inteligência humana, é a liberdade para examinar qualquer doutrina, filosofia ou afirmação. Nenhuma autoridade pode ser evocada, salvo aquelas das técnicas argumentativas: analítica, dialética e retórica, que constituem o instrumental — o *organon* — comum das situações argumentativas. Incluo, portanto, a *Retórica no Organon* de Aristóteles.

---

afirmado. Hegel, não precisa demonstrá-la por julgar que a dimensão psíquica é espírito, parte do espírito absoluto (Deus), que tem qualidades comuns universais. Por outro lado, um conceito que se sustente naquela dimensão é passível de contestação, pois o sentido (*sensus*) é idiossincrático, como já alertaram sofistas como Górgias de Leontini, pelo que se requer a negociação do sentido e do significado de algo, que pode se apresentar como ‘conceito’. Um auditório pode considerar que tal ou qual conceito é claro, distinto e adequado, mas um outro pode julgar que não é assim, como resolver?

Em resumo, a atividade própria do homem, a palavra que visa produzir algo — modificar os valores, crenças e atitudes de outros ou reafirmá-las, bem como organizar alguma atividade — é efetivada por meio de técnicas próprias e adequadas à instituição na qual orador e seu auditório mantêm a relação discursiva. O exame das premissas dos argumentos é estabelecido nas instituições que determinam seu nível de liberdade. Em todas elas algumas premissas são consideradas fundadoras e não discutíveis, e outras podem ser questionadas. Assim, quanto maior a liberdade dos membros de uma instituição, maior é a probabilidade de aparecerem aqueles que irão questionar os princípios admitidos, uma vez que não serão censurados por tal comportamento, desde que sigam as regras próprias de cada tipo de questão. Não é admissível, por exemplo, utilizar-se do entimema em uma demonstração matemática, e regras de demonstração matemática podem ser recusadas em um debate judicial.

Entretanto, é perfeitamente possível encontrar afirmações matemáticas que não são apoiadas em demonstrações, mas em analogias depois formalizadas e desenvolvidas como demonstrações, como mostrou George Polya em seu artigo “Generalização, Especialização, Analogia” (em TIMOCZKO, 1998, p. 103-124). Um advogado pode usar um argumento que parece matemático para sustentar sua causa. Tal argumento, no entanto, pode ser contraditado por ser impróprio ao caso. Se o oponente obtiver sucesso em convencer os auditores (juízes), o argumento matemático ou quase matemático perde seu valor argumentativo, e a causa está perdida. Mas, pode ocorrer que os juízes aceitem o argumento e, nesse caso, a vitória não é da afirmação matemática ou quase matemática, mas da adesão dos juízes a ela.

Não obstante, como já notamos, o silogismo tem regras restritivas tão fortes que parece uma máquina que dispensa o orador e obriga o auditório a admitir o que ela afirma. É o que veremos a seguir.

### *Silogismo, máquina que descarta o orador e se impõe ao auditório*

Uma vez que qualquer argumentação apóia-se em algum tipo de silogismo, ou em todos os tipos no cenário de um discurso, podemos dizer que silogismo é próprio do racional, como Hegel sustentava. Hegel afirma que o silogismo é “o razoável e todo

razoável” (*Encyclopedia of the Philosophical Sciences*, § 181), colocando-o no centro de seu sistema filosófico. Esse sistema, como sabemos, constitui um discurso sobre o ser, uma ontologia, algo que parece distante do que tenho apresentado. No entanto, como procurarei mostrar, a compreensão do sistema hegeliano permitirá expor o que acabo de expor.

O que Hegel afirma na apresentação de seu sistema?

Ele nos diz que as outras ciências, as que não lidam com o pensamento como tal, podem contar com princípios admitidos, porque foram constituídas a partir desses princípios, os quais, então, não precisam ser demonstrados. *A Ciência da Lógica*, que é a filosofia primeira, não pode contar com os princípios estabelecidos, uma vez que se espera que ela os estabeleça. Assim o é não por alguma insuficiência, por falta de conhecimento ou de informação, mas por ser o próprio da filosofia primeira. De fato, filosofia primeira lida com o que é primeiro no pensamento, e este não está exposto, não é aceito pela consciência porque é o imediato, o indeterminado, o infinito. Todo pensamento começa e se desenvolve a partir deste primeiro, que é estranho ao domínio de outras ciências, sendo tratado apenas pela filosofia. O que é admitido nas outras ciências não o é para a filosofia, porque seu objetivo é examinar o ser (*Sein*) em si e por si (absoluto), o que é primeiro no pensamento.

O ser em si e por si é indeterminado, infinito e imediato, portanto é determinado pela negação: não tem limite no tempo e no espaço, não apresenta qualquer mediação (ou termo médio que permita ir de um ponto ao outro). Por isso, o ser é limitado no tempo e no espaço pelo não-ser, que é o termo médio que leva ao ser-aí, isto (*Dasein*), que apresenta os limites resultantes de sua mediação pelo não-ser, o termo médio para o primeiro silogismo da *Ciência da Lógica*. O desdobramento da exposição hegeliana não pode ser objeto deste trabalho, mas é preciso recordar sua doutrina do silogismo.

Uma vez que o racional é o silogismo e o silogismo é todo racional, então Hegel não só reconhece o melhor de Aristóteles, mas também apresenta sua contribuição ao tema. Isso se verifica quando altera a ordem da figuras (*esquemas*) do silogismo apresentando-a na forma de um silogismo que as engloba. Examinemos essa modificação na ordem das figuras e sua conseqüência no âmbito da filosofia hegeliana.

A primeira figura do silogismo apresentada por Aristóteles tem por premissa maior o Singular, por termo médio o Particular, concluindo no Universal ( $S \rightarrow P \rightarrow U$ <sup>5</sup>). Esse esquema é o *silogismo de presença* ou *qualitativo* na nomenclatura hegeliana (§ 184). Na reorganização apresentada por Hegel, essa figura permanece no primeiro lugar. A figura Universal-Singulares-Particular ( $U \rightarrow SSS \rightarrow P$ ), que na ordem aristotélica é a terceira, passa para o segundo lugar, tornando-se o termo médio do *silogismo qualitativo* (§ 183), que é o tema dos parágrafos que estamos resumindo. Essa é a figura do *silogismo contingente* (§§ 184, 185 e 186). Na terceira posição, ou conclusão, está a figura Particular-Universal-Singular (segunda na ordem aristotélica, §187). Assim, Hegel apresenta um silogismo entre as figuras dos silogismos que tem a forma:  $[S \rightarrow P \rightarrow U] \rightarrow [U \rightarrow SSS \rightarrow P] \rightarrow [P \rightarrow U \rightarrow S]$  (ver Quadro I). Desse silogismo entre as figuras do silogismo, chega-se ao *silogismo reflexivo* (§190) e, deste ao *silogismo da necessidade* (§191), a partir do qual alcança-se o objeto (§§194 e seguintes). O *objeto* institui-se pelo movimento em que o *silogismo da qualidade* é a premissa maior, o *reflexivo* o termo médio, concluindo-se pelo *silogismo da necessidade*, o que permite recomeçar o processo do pensamento ou o racional.

<b>Quadro I</b>			
<b>Figuras do silogismo e o silogismo das figuras do silogismo</b>			
Figuras	Silogismos	Silogismo das figuras	
Primeira	$S \rightarrow \text{Particular} \rightarrow \text{Universal}$	$S \rightarrow P \rightarrow U$ : Premissa Maior	↓
Segunda	$\text{Universal} \rightarrow \text{Singulares} \rightarrow \text{Particular}$	$U \rightarrow SSSS \rightarrow P$ : Termo médio	
Terceira	$\text{Particular} \rightarrow \text{Universal} \rightarrow \text{Singular}$	$P \rightarrow U \rightarrow S$ : Conclusão (silogismo reflexivo)	

<sup>5</sup> A notação ‘ $\rightarrow$ ’ aqui deve ser entendida como implicação material ou condicional.

Tais alterações e interpretações do silogismo categórico e suas figuras permitiram o desenvolvimento da dialética hegeliana. As figuras do silogismo, apresentadas separadamente por Aristóteles, e em toda a ciência da lógica que lhe sucedeu, encontram-se em um fluxo, em um intercâmbio, permitindo dizer que o ser encontra-se em um *devoir conceitual*, que é a expressão do silogismo geral do pensar ou o racional. A exposição detalhada dessa afirmação requer um estudo à parte. Aqui pretendi apenas mostrar que o silogismo e suas figuras são essenciais na *Ciência da Lógica* de Hegel.

É importante, no entanto, dizer que, em Hegel, o conteúdo de conhecimento da lógica é o silogismo em seus momentos, a que expõe a forma e o conteúdo de pensar o *logos*, a lógica, um cálculo que opera com base em formas apresentadas como Particular, Singular e Universal, em que o operador das transformações ou passagens é a negação. Nega-se o silogismo  $S \rightarrow P \rightarrow U$  e se obtém o silogismo  $U \rightarrow SSS \dots \rightarrow P$ , nega-se este, e se conclui no  $P \rightarrow U \rightarrow S$ , de conjunto tem-se este mesmo silogismo ( $P \rightarrow U \rightarrow S$ )<sup>6</sup>, que ao ser negado nos leva a outra forma. Porém, qual o significado dos elementos das premissas? Em Hegel, ele se encontra no Espírito, mostra-se na História Universal da Razão, que é a efetivação do Espírito Absoluto no mundo através dos homens, o que é descerrado quando se examina da História da Filosofia.

Não há lugar para a retórica no sistema hegeliano, que foi tratada de passagem em sua *Estética*, na qual reconhece seu valor, muito embora não possa ser incorporado na racionalidade rigorosa, porque seus silogismos são sempre defeituosos<sup>7</sup>, uma vez que não demonstram o que sustentam. Há uma outra razão pela qual a retórica é posta entre-parêntese no sistema filosófico de Hegel, nele o orador, quem opera o silogismo

---

<sup>6</sup> Hegel denomina “reflexivo” esta figura ou esquema do silogismo por ser o resultado da negação determinada das anteriores, uma re-flexão, um tomar por objeto cada uma das figuras e em suas relações de encadeamento silogístico.

<sup>7</sup> Parece-me, todavia, factível rever a doutrina do silogismo de Hegel com vista a identificar o lugar do entimema e, com isso, mostrar que a retórica encontra-se incorporada no que lhe é mais central: a doutrina do silogismo. Isso porque, o silogismo qualitativo (§§ 183 ao 189) é análogo ao entimema que apresenta algo para uma audiência, negociando seus significados. Dessa perspectiva, podemos supor uma certa circularidade dialética entre as espécies de silogismos: retórico, dialético e categórico ou analítico (ver MAZZOTTI; OLIVEIRA, 2000).

(o racional) é *supra* humano, é o Espírito (*Geist*). Sabemos que, para Hegel, aquele que toma consciência de si mesmo não é o homem, mas o Espírito (*Geist*), que usa o homem nessa tarefa. Para ele, o *indivíduo histórico* (o herói) busca realizar seus interesses particulares efetuando, sem o saber, os interesses do Espírito. Os outros homens reconhecem no *herói* o que efetivamente desejam, e o seguem, embora não saibam o porquê. Ao seguir o herói efetivam o que o Espírito já conseguiu em si e por si. O que determina o caráter da educação de crianças e jovens, ela só pode ser formal, por ser imediatamente externa a cada um, pois o necessário, o substancial já foi determinado pelo herói, que é o verdadeiro educador das pessoas, por ter constituído o Espírito do Povo (*Volksgeist*). A formação de crianças e jovens só pode ser a conformação de cada um no Espírito do Povo e, de acordo com cada classe social, subsumindo o natural, animalidade que também somos, na cultura (*Kultur, Volksgeist*). Cada classe social tem seus interesses particulares, cada uma necessita da educação que lhe é própria, garantindo, na sociedade como um todo, a harmonia estabelecida por meio dos conflitos mediados pelo Estado (*Staat, Volksgeist*). Para os filhos das classes cujos interesses são gerais ou do Estado, reserva-se a formação que os aliena na história Ocidental. Essa formação inicia-se aprendendo, em grego, os trabalhos dos poetas gregos, tornando possível a mais completa alienação da individualidade do aprendiz, condição para a transformação do animal-homem no homem-da-cultura. As outras classes obtêm a sua conformação no Espírito do Povo pela religião (veja, por exemplo, BOURGEOIS, 1978).

Considerando a *êndoxa* como sendo o mesmo que o Espírito do Povo, o melhor orador é o que a expressa, pelo que persuade todos os que já tenham efetuado sua trajetória em direção à objetivação do que é próprio de suas classes sociais. Por isso a retórica é um capítulo da *Estética*, não de *Ciência da Lógica*. Uma vez que é a arte de persuadir, portanto determinada pelo auditório, e o auditório é um povo (*Volks*), no qual o Espírito Absoluto realizou sua experiência no mundo. O orador hegeliano expressa e é expressão do Espírito do Povo, em que o educador por excelência é o indivíduo histórico, aquele que fala o que o Espírito Absoluto efetivou em sua marcha progressiva. Educação é, então, a conservação do Espírito do Povo; e, conservar é produzir, diz Hegel. O orador por excelência expressa o que ele é em si mesmo, sua

técnica é a expressão, a exposição do que ele é: o indivíduo histórico ou alguém educado, alienado no Espírito do Povo que fala através dele. Assim, fecha-se círculo: o novo vem do Espírito (*Geist*), tudo o mais é a efetivação do que foi alcançado por ele, é uma aplicação do raciocinado no mundo, sua objetivação. Como em Górgias, de acordo com a interpretação que apresentei, não se pode superar ou produzir algo que não está na *êndoxa*, no *Volksgeist*.

Marx, discípulo de Hegel, propõe virar o sistema hegeliano de cabeça para baixo, e busca fazê-lo mostrando que o Espírito do Povo é produzido pelas relações sociais de produção que instituem *o ser* em cada momento histórico. Para ele, tais momentos não estão ligados uns aos outros, salvo na trajetória própria do Ocidente (cfr., por exemplo, MARX, 1980, p. 410-452). Nessa trajetória particular da humanidade ocorreu separação radical entre o trabalhador e seus instrumentos ou meios de trabalho. Fato que caracteriza o modo de produção capitalista, cujo fundamento é a separação do trabalho concreto — o trabalho feito pelos indivíduos, que é objetivado no valor de uso — do trabalho abstrato — o trabalho médio socialmente necessário para produzir algo. Este algo, *o ser do capital*, é a mercadoria imediatamente apresentada a cada um de nós, que oculta sua origem: as relações sociais de produção (o fetiche da mercadoria).

O discurso de Marx é uma crítica das teorias da economia política, não um discurso feito pelas próprias classes sociais que quer representar, é um trabalho do pensamento sobre pensamentos efetivado aporeticamente. Busca constituir uma ciência, um conhecimento confiável das relações sociais de produção, deixando de lado outros aspectos da vida humana e não humana (MARX, 1965, p. 552-559).

Para Marx, as ciências são pensamentos que resultam de um processo aporético, mais ou menos infinito, sem pretender estabelecer uma filosofia primeira (metafísica), que ele considera negativamente, uma vez que a materialidade das ciências é simplesmente a dos instrumentos para o pensamento rigoroso. Tais instrumentos estão aí, podem e devem ser melhorados, mas não se referem a algo além das condições de produção de conhecimento. As classes sociais têm seus pensadores, seus ideólogos, que expressam seus interesses fundamentais e, por essa razão, é uma tarefa da ciência superar tais pensamentos “regionais”, particulares, procurando

apreender o modo pelo qual se opõe e se articulam. Tal procedimento de crítica é o mesmo indicado por Aristóteles nos *Tópicos* e nas *Refutações Sofísticas*, em que expõe as contradições e as aporias para verificar quais afirmações devem ser mantidas, quais devem ser excluídas, bem como as que podem ser combinadas, como fez o filósofo em sua *Metafísica*.

As classes sociais são movidas por seus interesses, disseram Hegel e Marx, e não poderia ser diferente, uma vez que estão todos numa arena social movidos por seus interesses que podem ser mais ou menos conciliáveis, mas sempre conflitantes.

Para Hegel, a administração dos inevitáveis conflitos de interesses requer um Estado (*Staat*) capaz de apreender as diversas determinações das classes sociais operando acima delas de modo a alcançar os interesses próprios do *Volksgeist* (*Staat*), que é a razão em si, por isso o Estado é racional. Para Marx, o Estado não é a encarnação do *Volksgeist*, mas o administrador dos conflitos de interesses em nome das classes sociais que, num dado momento histórico, domina a vida social e representa seus interesses como a expressão do racional, como universal. Em Marx, as classes proletárias são equivalentes ao indivíduo histórico em Hegel. Assim, as classes proletárias apresentam-se como a expressão de racionalidade, o que as classes burguesas foram em certo momento histórico. Os interesses fundamentais das classes proletárias são expressados pela regulamentação do trabalho socialmente necessário para produzir mercadorias. Como parte essencial dessa regulamentação requer-se a redução das horas de trabalho diárias individual ao mínimo, em relação à produtividade do trabalho socialmente necessário. Essa diretriz é apresentada como sendo a racionalidade requerida para a vida de todos e cada um. Somente assim, Marx acredita, todo homem terá tempo para seu desenvolvimento livre, uma vez que “tempo é o campo do desenvolvimento humano” (MARX, 1974, p. 98). Assim, da perspectiva de Marx, as classes sociais tentam persuadir as outras de seus próprios interesses como sendo os de todos, apresentando seus discursos como sendo além de cada classe. Mas como, então, afirmar que o discurso das classes proletárias é universal?

De fato, a universalidade do discurso das classes proletárias expressa uma certa concepção da história, na qual estas classes são apresentadas como as sucessoras legítimas e necessárias da classe burguesa. A retórica das classes proletárias afirma-se

na concepção de progresso, muito embora, em mais de um lugar Marx, como seu porta-voz, tenha dito que tal progresso não pode ser admitido como certo, pois caso não ocorra, ter-se-á um novo barbarismo.

Em Marx, o orador eficiente expressa algo que é apresentado nas classes sociais concebido como o resultado das relações sociais de produção, não pela objetivação do Espírito (*Geist*), como em Hegel. O orador, líder da classe proletária, deve entender o necessário — interesses fundamentais da classe que ele representa — para organizar seu discurso e levar os outros a realização de seja lá o que for que já está presente em potência. As modificações nas crenças, valores e atitudes requer o conhecimento correto, confiável do que é efetivamente necessário para cada classe. Certamente, em Marx, é necessário apreender os verdadeiros interesses das classes proletárias, uma vez que os outros não representam o racionalmente necessário em seu momento histórico. Ele busca, então, constituir um conhecimento inegável, mesmo para os oponentes das classes proletárias, realizando-o por meio da crítica do conhecimento existente a respeito da economia política, considerando que ela oferece a justificativa para a dominação das classes.

Nas posições resumidamente apresentadas, a efetividade do orador resulta do inerente na vida social, suposto ou real. Embora não tenhamos examinado, podemos entender que o estruturalismo e muito do que é denominado pós-estruturalismo supõe que o orador é falado pela língua, pela cultura ou alguma instância extra-humana<sup>8</sup>. Pelo que, mais uma vez a retórica deve ser deixada de lado, porque o orador por excelência expressa a estrutura social, é apenas um mediador. Assim, o silogismo, o encadeamento de pensamentos, é realizado por alguma outra instância que não os homens situados, contingentes. O silogismo é apresentado como uma máquina que fala através do orador e constrange o auditório.

O constrangimento do orador e do auditório pelo *logos* apodítico está claramente expressado na lógica moderna que se apresenta como cálculo. A recuperação da retoricidade expõe a impropriedade desse ponto de vista, afirmando

---

<sup>8</sup> A noção que um operador extra-humano produz a condição humana sustenta-se na filosofia da matemática conhecida por *formalismo*. Para uma introdução a essa filiação ver Vladimir Tasič (2001) e Thomas Pavel (1998).

que, de início, os axiomas e os postulados da lógica decorrem de um processo de negociação. Essa negociação requer a obediência das regras da dialética e seus complementos, da retórica, e que tais instrumentos podem ser aperfeiçoados. Desse ponto de vista temos a crítica da filosofia proposicional, como veremos a seguir.

### *A crítica do proposicionalismo*

Procuremos apreender algo que estava nos escapando: Aristóteles, Hegel, Marx e muitos outros filósofos buscaram responder perguntas as que eles propuseram ou as que foram propostas a eles. Assim, filosofia foi confundida com ciência ou apresentada como uma rival das ciências ao buscar fundamentar suas proposições em algo de alguma maneira determinável. Foi o caso, por exemplo, de Marx que procurou restabelecer a economia política tornando-a científica sobrepujando suas afirmações “regionais”, aquelas determinadas pela posição social de seus teóricos. Responder perguntas é sustentar proposições, é fazer da filosofia num repositório de respostas ou afirmar suas bases no proposicional.

A crítica do proposicionalismo só foi radicalmente apresentada por Meyer (1986), discípulo de Perelman, quando mostrou que o próprio de filosofia não é oferecer respostas, mas problematizar. Entretanto, a filosofia tem evitado problematizar a noção de problema, procurando saídas e respostas na afirmação de algum fundamento. Essas saídas podem ser o Espírito (*Geist*) em Hegel, o *Cogito* cartesiano, as classes sociais, em Marx; a estrutura, no estruturalismo... Busca-se *um agente*, algo que sustente o discurso, que apóie as premissas do discurso. Às vezes o discurso é feito pelo Espírito, como em Hegel; outras é a expressão dos interesses das classes, como em Marx; às vezes é a linguagem que fala por meio dos homens, como em Lacan; ou, ainda, é o inconsciente que dispõe do homem, como em Freud. Busca-se uma base que silencie o debate em torno do problemático. Alguns procuram o apoio na ciência (cientismo), outros se apresentam como rivais das ciências, quando estas não oferecem elementos para o que se deseja. A percepção do problematológico só ocorreu com o desenvolvimento das ciências e com recuperação da retórica na metade do século XX.

A recuperação da retórica por Perelman e Toulmin tem a mesma origem: os procedimentos próprios da lógica são os cálculos, pelos quais substitui-se o homem na produção e desenvolvimento de conhecimento ou, parafraseando Quine (1953), lógica deve substituir o cientista, deve conduzir o pensamento de modo automático, como uma máquina que de fato é.

No entanto, bem no interior da lógica proposicional surgiu um problema insolúvel, o da implicação material ou condicional. Pois, nos julgamentos ditos “condicionais” toda vez que o antecedente é verdadeiro, independente do conseqüente, uma condicional (implicação) verdadeira é obtida, ou  $p \rightarrow q$ , onde  $p$  é verdadeiro e  $q$  falso, é uma condicional verdadeira. Caso se atribua algum significado extralógico para as variáveis  $p$  e  $q$ , como “as vacas são herbívoras” ( $p$ ) e “as vacas voam” ( $q$ ), a relação condicional é verdadeira, o que se anuncia como “(se) as vacas são herbívoras, (então) as vacas voam”. Obviamente, alguns lógicos (QUINE, por exemplo) dirão que devemos abandonar a expressão “se...então”, deixar a forma dominar o pensamento descartando o conteúdo material, mas na prática científica isso seria um absurdo<sup>9</sup>. Por outro lado, as tentativas para formalizar completamente o Direito, procurando tomar decisões automáticas, enfrentaram problemas similares.

Ao buscar superar tais dificuldades, iniciou-se um movimento visando examinar a assim chamada “lógica natural”, na qual todas as lógicas se sustentariam. A partir desse exame, Perelman, por um lado, e Toulmin, por outro, retomam, cada qual ao seu modo, Aristóteles.

A retomada de Aristóteles no século XX, sem os limites doutrinários da Escolástica, permitiu a Perelman rever o papel da retórica e da dialética (BERTI, 1997). Agora podemos dizer que estamos numa *virada retórica*, que implica levar em conta que todo e qualquer discurso — argumento — é realizado considerando o orador, o auditório e o discurso. Ou, como Meyer (1999, p. 289 e as seguintes), considerar a negociação de significado entre o *ethos* (orador), o *pathos* (auditório) e o *logos* (discurso). O próprio da retórica é a negociação de significados que permite reduzir a

---

<sup>9</sup> Frente a tal impasse, buscou-se constituir outras lógicas bem formadas que procuram solucionar o problema da implicação, dentre elas a estabelecida por Anderson e Belnap (1975), bem como a de Da Costa (1980).

distância entre o orador ou autor e o auditório ou leitor. A persuasão é sempre um processo de negociação, uma vez que o *pathos* nunca é passivo, pois julga o que lhe é apresentado. O mesmo ocorre com as técnicas como a literatura, a dramaturgia, a música e as artes plásticas em geral.

Uma das implicações da virada retórica é que qualquer discurso, incluindo o da ciência, está marcado pela condição retórica: em que alguém expõe, negocia significados em um contexto próprio, e o auditório, que permanentemente julga o que lê, ouve e vê. No caso das ciências, o rigor do discurso obedece regras estabelecidas ao longo de sua constituição. Tais regras, que dispõem o que deve ser seguido por todos, foram instituídas pela verificação de erros, fraudes e falácias cometidas. Assim, aprender uma ciência é, acima de tudo, apreender as regras pelas quais se produz o discurso referente às questões relevantes nela e para ela, as derivadas da negociação de significados próprios de uma ciência. Tais regras envolvem técnicas argumentativas desenvolvidas ao longo de séculos e capituladas como lógica, dialética, e, no todo, como metodologias. Ensinar ciências a alguém é torná-lo membro de uma comunidade que obedece normas próprias do discurso e da ética. A fraude, por exemplo, é uma falta de ética, não um erro de lógica. A fraude precisa ser punida como crime, não pode ser perdoada, o que não se aplica ao que cometeu um erro de raciocínio ou acidentalmente produziu algo questionável, uma falácia. As ciências instituem seu coletivo como um sujeito do conhecimento e, nesse coletivo, edificam suas conquistas e seus fracassos. Podemos dizer que, nas ciências, é necessário reconhecer que há um sujeito do discurso, um coletivo que fala ou o sujeito-do-conhecimento que produz e reproduz seu saber. Esse coletivo não é um ser além ou aquém do humano, mas um grupo de pessoas que trabalha sob determinadas condições sociais, pelo que é um sujeito contingente. Para estar integrado nesse coletivo requer-se um longo aprendizado que implica modificação de seus valores, crenças e atitudes, o que não é realizado apenas pelos professores e pelos responsáveis imediatos da iniciação, mas pela integração voluntária na comunidade.

Em oposição aos que negam a pertinência da educação científica para a formação de estudantes alegando que deixaria de lado a ética, afirmamos que ela requer uma ética rigorosa. Ética que demanda dos membros da comunidade a restrição

de suas inferências (metodologia); que não fraudem; que respeitem a liberdade dos outros; que nunca critiquem uma posição utilizando-se de argumentos contra a pessoa (*ad personam*). Tais regras implicam o exame dos discursos em si, independente de quem os pronuncie. Essas normas conduzem a uma forte descentralização do indivíduo em relação a si mesmo e aos grupos sociais de pertença, como família, igreja, partido político, e outros externos à comunidade científica. Sendo contingente, o grupo de cientistas depende de seus membros que precisam estar atentos quanto à intervenção de valores, crenças e atitudes que tornariam possível a destruição de suas normas. É uma situação social na qual valores são ratificados (discursos epidícticos) e as teses, os procedimentos e as condutas de seus membros são julgadas (discursos para a assembléia e para o tribunal de cientistas). Nessa mesma situação o conhecimento é apresentado e avaliado de acordo com as regras tanto da retórica e da dialética quando da analítica, esta revista pelos lógicos. Assim, o conhecimento é constituído por meio de um diálogo hostil-amistoso, cujas regras são encontradas na dialética, um método de argumentação entre iguais em conhecimento que procuram estabelecer alguma verdade. Esse conjunto de procedimentos visa desenvolver o próprio de uma ciência e manter a coesão em torno de um conjunto mínimo de normas que favorece a existência e a estabilidade do grupo. Ocorre o mesmo com o grupo de filósofos? Ocorre, a diferença que aparece na história dos grupos de filósofos, das escolas filosóficas, é a busca de regras que os sustentem num fundamento que suspende o debate, propondo uma filosofia primeira. Mas, uma filosofia primeira deve sustentar-se em algum sujeito além ou aquém dos homens? Definitivamente não. A filosofia primeira (metafísica) só pode ser problematológica e, como tal, não oferece respostas; expõe problemas e, portanto, não descarta o sujeito.

É um movimento do pensamento que desafia o estabelecido, o que só pode ocorrer em situações de liberdade. Tal atitude emerge em qualquer campo do conhecimento. Não é necessário dizer qual é o fundamento do problematológico, uma vez que é proposto pela presença de respostas problemáticas. Não é uma instituição própria dos filósofos, mas da totalidade da vida humana. Nesse sentido, essa filosofia primeira é o exame e sistematização do problemático, um discurso sistemático sobre o problema do problema. Assim, no grupo de filósofos são postas as mesmas demandas

de diálogo hostil-amistoso que se encontra no dos cientistas. As mesmas regras impostas aos cientistas devem ser obedecidas, com a diferença de que o que está em questão é o provável, o razoável, as respostas apodíticas apresentadas por outros. É neste sentido que a filosofia ou é problematizadora ou dogmática. Reconhecer a atitude filosófica problematizadora nos leva a indagar a respeito do método.

### *A situação retórica: negociação dos predicados das premissas*

Não é o método que discursa, mas pessoas que questionam respostas. O questionamento é uma negociação de significados e, como tal, depende dos acordos tendentes a serem confirmados ou rejeitados. E, é na situação retórica que os significados são negociados.

A negociação é iniciada estabelecendo *o que é*, o que os envolvidos no diálogo consideram *ser algo*, baseados no exame dos discursos que pretendem instituir para verificar se cometem o erro argumentativo petição de princípio. Dizer *o que é algo*, é estabelecer seus predicados ou categorias, um processo que consiste em contradizer cada resposta apresentada. Imediatamente, a predicação é realizada por meio do processo de transferência de significados do já sabido ao que ainda não se sabe. Em outras palavras, é efetivado pela metaforização, que condensa analogias.

A metáfora não é, então, uma mera figura ornamental ou figura de linguagem, como foi considerada por longo tempo, mas cognitiva, expressiva e praxiológica. *Cognitiva*, por aproximar o não similar ou comparável, por transferir certos predicados de um objeto para outro por uma relação analógica. *Expressiva*, ao expor o desejável ou o indesejável para um grupo social. *Praxiológica*, por orientar o que deve ser feito. Por exemplo, na afirmação “a criança é uma planta delicada”, uma situação humana é tida como natural. Essa metáfora também estabelece uma regra de conduta: a criança, assim como uma planta delicada, precisa de sol, do calor do afeto, de amor, bem como ser alimentada, quer dizer, ela deve ser muito bem cuidada/cultivada. Uma vez admitida uma metáfora que sustenta os argumentos, estabelece-se um acordo que determinará o vínculo de raciocínio. É necessário enfatizar, uma vez mais, que a metáfora não é apenas um fenômeno da linguagem. Para ser uma metáfora, é necessário

que algo opere nos regimes semânticos cognitivo, expressivo e praxiológico, coordenando o discurso pela assimilação da novidade no que já era sabido (MAZZOTTI, 2002; CHARBONNEL, 1991a, 1991b, 1993, 1999).

É na semântica filosófica que observamos o papel das metáforas, apreendendo a estruturação que produzem através da qual convencem ou persuadem o auditório. Essas análises não podem ser feitas por um mecanismo qualquer, por um cálculo, como ocorre na lógica dos predicados. Se fosse possível mecanizar a produção e identificação das metáforas já teríamos uma álgebra da teoria literária e da filosofia da ciência. A identificação das metáforas requer a *análise retórica*, que análise expõe o que o orador e o auditório consideram estabelecido, assim como as razões pelas quais ambos disputam os significados.

Embora muito mais possa ser dito sobre esse assunto, o que sustentei até agora é suficiente para meus propósitos. Do que foi exposto, podemos perceber que as técnicas que procuram, de alguma maneira, afetar os homens não podem ser apreendidas somente pela análise lógica (analítica), porque essa se limita a expor o vínculo do discurso. É uma análise relevante, uma vez que permite perceber as falácias e erros cometidos pelo orador (escritor). Entretanto, a exposição do efetivo em cada técnica que busca modificar, de alguma maneira, as atitudes, crenças e valores do homem requer a *análise retórica* que admite, desde o início, as relações entre o orador, o auditório e o discurso por meio das quais negociam suas diferenças. Análise retórica permite superar a aporia estabelecida pela afirmação modal “nós sabemos ser possível modificar valores, crenças e atitudes”, uma vez que as explicações apresentadas são inconsistentes com as regras de inferência rigorosamente estabelecidas pela lógica. Essa certeza prática não está, portanto, sujeita à validação por alguma lógica. Só quando reconhecemos a situação retórica podemos sustentar uma explicação não-apodítica, que é o *locus* do razoável.

### *Conclusão*

A partir da certeza da possibilidade de modificar as atitudes, crenças e valores, certeza que tem origem em nossa experiência, não podemos alcançar a certeza

apodítica, categórica. De fato, a afirmação modal diz muito, e nada. A superação dessa limitação conceitual é factível pelo reconhecimento de que estamos sempre numa situação retórica, a da contrapartida da dialética, própria de qualquer grupo humano. Nesse caso, o conhecimento é validado pela observância das regras argumentativas estabelecidas ao longo da história, mantidas em um diálogo permanente entre os membros do grupo social. A diferença entre um grupo de leigos e um grupo de cientistas e filósofos é o aparato crítico conceitual que reconhecem como necessário na constituição e comunicação dos conhecimentos.

A crítica da afirmação modal da efetividade das técnicas que visam mudar atitudes, valores e crenças requer a análise retórica que nos torne consciente de estarmos operando no contingente e, assim, expõe a precariedade das artes. A contingência não é, de fato, exclusiva das técnicas sociais, porque em todas as técnicas encontramos limites postos pelas particularidades e singularidades da situação.

Daí a afirmação pragmática de que estamos sempre ensaiando fazer algo de um modo perfeito e completo, mas nunca alcançamos completamente o desejado. Similarmente, as explicações também são ensaios e, portanto, falíveis. De fato, explicações do fracasso encontram-se bem no centro da produção de teorias, uma vez que elas também são falíveis e sujeitas a aperfeiçoamentos. Regras para o sucesso do fazer são, pois, necessárias, mas esta tarefa requer o abandono do apodítico afirmando o problemático. O reconhecimento da necessidade dessas regras é expressado na atitude desenvolvida nas ciências. Ao procurar explicar a efetividade das técnicas sociais, as que pretendem modificar valores, atitudes e crenças dos homens, é necessário lembrar que os gregos eram extremamente hábeis em tais artes. Vernant (1973, p. 319) recorda que a técnica mais desenvolvida pelos gregos foi a política, a técnica de conduzir os homens. A técnica ou arte política tinha um núcleo: a retórica, atualmente retomada e reconhecida em uma nova circunstância. O desafio para a constituição de um conhecimento confiável sobre a arte de educar, por exemplo, precisa ser tratado usando os instrumentos da retórica, reexaminados, desde 1958 por Perelman e Toulmin, e que continuam a ser investigados por muitos outros, em particular por Meyer (2004, 1996), Charbonnel (1999, 1993, 1991a, 1991b, 1993), Tort (1989) e Fumarolli (1999).

A retomada da retórica nos leva a considerar que a arte de persuadir requer o reconhecimento das razões que sustentam as resistências dos auditórios. Tais resistências não deveriam ser atribuídas a forças ocultas que os próprios sujeitos não conhecem, uma vez que eles geralmente têm boas razões para manterem suas crenças, atitudes e valores, como mostrou Boudon (1990, 1995). Para quem, embora o homem seja tanto racional quanto irracional, não é necessário distinguir tais qualidades em muitas situações. Por exemplo, um grupo de estudantes como ator social apresenta uma racionalidade específica em relação a certos objetos que independem de contingências individuais. Os professores e outros agentes sociais falam para grupos humanos a partir de seu lugar social, propondo objetivos que estabeleceram para si mesmos, falando sobre o que julgam ser melhor para aqueles grupos, naturalizando sua visão sobre a vida. Admitir que o ator social é racional não é sustentar alguma racionalidade *supra* humana, mas considerá-lo razoável por ter boas razões para acreditar no que acredita, agir como age, ainda que tais razões possam ser estranhas para nós.

Se não podemos ensinar a virtude (paradoxo de Ménon), podemos ensinar as técnicas argumentativas e retóricas que orientem o diálogo entre as pessoas e, assim, alcancem as virtudes públicas. A cidade, a *polis*, os conflitos permanentemente ajustam as condutas, estabelecem o virtuoso pelos mecanismos de persuasão e, no limite, de dissuasão. Qualquer doutrina que pretenda estabelecer, de uma vez por todas, um modo humano de vida, como queria Platão, corre o risco de instituir uma ditadura. Em que a negociação permanente, *locus* próprio da retórica, deixa de ser efetivo, tornando-se a declaração de uma lição (dogma) a qual todos devem adaptar-se. Contra a qual Aristóteles apresentou sua concepção de vida social, de constituição (política), condensada na metáfora de uma *homonoia*, que foi belamente traduzida por Cassin (1995), pela imagem de uma sociedade como um piquenique, onde cada um traz o que tem, e da “desordem” obtém-se um convívio hostil-amistoso. Resta reconhecer que as artes e o conhecimento dos procedimentos argumentativos e retóricos precisam ser ensinados de maneira que os estudantes possam ter os instrumentos mínimos necessários para o diálogo e o debate que evite querela.

Certamente, essas técnicas não são desprovidas de valores éticos. Seus valores são os da vida democrática, do diálogo hostil-amistoso, do reconhecimento do outro

em sua integridade, São valores práticos que se opõe aos instituídos por algum homem sábio, por alguma ordem encontrada na História, por algo que está além ou aquém da vida humana.

Finalmente, ao expor as condições para a explanação das ações que tentam modificar crenças, valores e atitudes de outros é necessário reconhecer que os outros podem discordar com as alterações pretendidas, pela necessária negociação das diferenças. Quanto a ensinar, a negociação dos significados requer que os estudantes dominem as técnicas de retórica e argumentação para serem participantes ativos e conscientes do processo. Era o que John Dewey pretendia, embora sob outra compreensão da lógica e da história das ciências. Ou não?

### *Referências*

- ANDERSON, A. R.; BELNAP, L. *Entailment. The Logic of Relevance and Necessity*. Princeton: Princeton University Press, 1975
- ARISTOTLE. *Posterior Analytics. The Works of Aristotle*. Chicago: Enciclopaedia Britannica, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Topics. The Works of Aristotle*. Chicago: Enciclopaedia Britannica, 1977.
- BOURGEOIS, B.. La Pédagogie de Hegel. In: HEGEL, G. W. F. *Textes pédagogiques*. Paris: Vrin, 1978.
- CHARBONNEL, N. *Les aventures de la métaphore*. Strasbourg: Presses Universitaire de Strasbourg, 1991a
- \_\_\_\_\_. *L'important c'est d'être propre*. Strasbourg: Presses Universitaire de Strasbourg, 1991b
- \_\_\_\_\_. *Philosophie du modèle*. Strasbourg: Presses Universitaire de Strasbourg, 1991.
- \_\_\_\_\_. Métaphore et philosophie moderne. In: CHARBONNEL, N.; KLEIBER, G. *La métaphore entre philosophie et rhétorique*. Prais: Presses Universitaire de France (Linguistique Nouvelle), 1999.
- BERTI, E. *Aristóteles no século XX*. S. Paulo: Loyola, 1991 (Aristotele nel novecento, 1992, Gius, Laterza & Figli).

- BOUDON, R. *L'art de se persuader des idées fausses, fragiles ou douteuses...* Paris: Fayard, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Le juste et le vrai*. Paris: Fayard, 1993.
- BOYER, A. Cela va sans dire. Éloge de l'enthymème. *Hermès*, Paris: CNRS, 15, 1995. pp. 73-90.
- CASSIN, B. *L'effet sophistique*. Paris: Gallimard (Col. NRF Essais), 1995.
- DA COSTA, N. C. A. *Ensaio sobre os fundamentos da Lógica*. S. Paulo: Hucitec/Edusp (1980; 2. ed. 1994).
- \_\_\_\_\_. *Logiques classiques et non classiques. Essai sur les fondements de la logique*. Paris: Masson, 1997.
- FUMAROLI, M. *Histoire de la rhétorique dans l'Europe moderne 1450-1959*. Paris: Presses Universitaire de France, 1999.
- HEGEL, G. W. F. (1959). *Encyclopédie des sciences philosophique en abrégé (1830)*. Trad. Maurice de Gandillac, sur le textes établie par Friedhelm Nicolin e Otto Pöggeller. Paris: Gallimard.
- MEYER, M. Argumentation, rhétorique et problématologia. In: MEYER, M. (Coord.). *Perelman, le renouveau de la rhétorique*. Paris: PUF, 2004. p. 123-138.
- \_\_\_\_\_. De la problematologie. Philosophie, science et langage. Bruxelles: Pierre Mardaga.
- MAZZOTTI, T. B. Analyse des métaphores: une approche pour la recherche sur les représentations sociales. In: GARNIER, C.; DOISE, W. (Org.). *Les représentations sociales : balisage d'un domaine d'études*. Montréal : Université du Québec à Montréal, GERSO (Grupe d'études sur l'Interdisciplinarité et les Représentations sociales, 2002.
- OLIVEIRA, R. J. *Ciência(s) da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. (Col. O que você precisa saber sobre).
- MARX, K. Extraits de la posface de la seconde édition allemande. In: MARX, K. *Oeuvres, Économie*. Paris: Gallimard, 1965, tome I, p. 552-559.
- \_\_\_\_\_. Salário, preço e lucro. In: CIVITA, Victor (Ed.). *Os Pensadores. Karl Marx*. S. Paulo: Abril Cultural, 1974.
- \_\_\_\_\_. Manuscrits de 1857-1858, "Grundrisse". Paris: Editions sociales, 1980. Tomo I, p. 410 e seguintes.

- PAVEL, T. *Le mirage linguistique*. Essai sur la modernisation intellectuelle. Paris: Les Éditions de Minuit, 1988.
- QUINE, W. V. O. *Méthodes de logique*. Paris: Colin, 1972.
- RUBENSTEIN, R. E. *Quando Jesus se tornou Deus*. A luta épica sobre a divindade de Cristo nos últimos dias de Roma. Rio de Janeiro: Ficus 2001. (When Jesus Became God).
- T/Ed, D. Topos and Enthymeme. *Rhetoric*. A Journal of the History of Rhetoric, 20, n. 2, p. 105-117, 2002.
- TASIČ V. *Mathematics and the Roots of Postmodern Thought*. Oxford (New York): Oxford University Press, 2001.
- TORT, Patrick (1989). La Raison classificatoire. Quinze études. Paris: Aubier.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Traité de l'argumentation*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1958.
- POLYA, G. (1998). Generalization, Specialization, Analogy. In TYMOCZKO, T. *New Directions in the Philosophy of Mathematics*. Princeton (New Jersey): Princeton University Press, 1998. (Revised and Expanded Edition).
- WOLFF, F. (1995). Trois techniques de vérité dans la Grèce classique: Aristote et l'argumentation. *Hermes*, 15, p. 41-71
- VERNANT, J-P.; VIDAL-NAQUET, P. (1991). *Mito e tragédia na Grécia Antiga*. Tradução Bertha Halpen Gurovitz. Colaboração Hélio Gurovitz. S. Paulo: Brasiliense, 1991.